

MEMORANDO

PARA: ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Exploração e
Produção de Petróleo e Gás
DE: Morgan, Lewis & Bockius LLP
DATA: 4 de fevereiro de 2019
ASSUNTO: Definição e Delimitação de “Campo “ consoante o direito do Reino Unido,
EUA (Federal) e Texas

Fundada em 1873, Morgan, Lewis & Bockius LLP é uma firma de advocacia de serviço completo com quase 2000 advogados praticando em 30¹ escritórios em todo o mundo. Nossos advogados trabalharam em operações de energia altamente sofisticadas e de vanguarda, e trataram de algumas das mais desafiadoras questões regulatórias na área do petróleo e gás *upstream* (incluindo recursos convencionais e não convencionais, tanto em terra como *offshore*).²

A pedido da ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (“ABEP”) nós examinamos as leis e regulações em diferentes jurisdições, abordando, conforme aplicável, a definição e processo de delimitação de campos de petróleo e gás (cada um, um “Campo”) e selecionamos, para uma revisão mais aprofundada, as leis e regulações do petróleo e do gás do Reino Unido (“Reino Unido”), dos Estados Unidos (*offshore* Federal) e do estado de Texas.

A decisão de aprofundar o exame dessas jurisdições específicas foi conduzida não apenas pela sua tradição no direito do petróleo e gás e estabilidade regulatória, mas também em face dos efeitos

¹ Nossos escritórios de Pequim e Xangai operam como escritórios representativos de Morgan, Lewis & Bockius LLP. Em Hong Kong, Morgan Lewis opera através de Morgan, Lewis & Bockius, que é uma sociedade separada sediada em Hong Kong registrada na The Law Society of Hong Kong como uma firma de advocacia estrangeira que opera em associação com Luk & Partners. Morgan Lewis Stamford LLC é uma companhia regida pela lei de Cingapura afiliada a Morgan, Lewis & Bockius LLP.

² Recentes reconhecimentos na área de energia incluem: (i) Firma do Ano, Energia/Projetos: Eletricidade (incluindo renovável), Chambers USA (2018), (ii) Grupo de Prática do Ano, Energia, Law360 (2016), (iii) U.S. News & World Report - Best Lawyers’ 2015 Firma do Ano para Energia, (iv) Banda 1, Energia & Recursos Naturais, Cazaquistão e Rússia, Chambers Global (2017, 2018), (v) Ranqueada, Energia: Petróleo & Gás, (Transacional), USA, Chambers Global (2017, 2018), (vi) Ranqueada, Energia & Recursos Naturais, Chambers Latin America (2018, 2019), (vii) Recomendada, seis categorias de energia, The Legal 500 US (2017, 2018), (viii) Primeiro Nível para o trabalho de energia na região, Latin Lawyer (2016), (ix) Ranqueada, Energia, Latinvex Top Law Firms (2016), (x) Reconhecida, Projetos e Energia, The Legal 500 Latin America (2018), e (xi) Recomendada, Energia, Latin Lawyer 250 (2018).

práticos em torno da definição e delimitação dos Campos e suas similaridades específicas com aqueles encontrados no Brasil, como é o caso do regulamento do Reino Unido, e seu impacto direto na tributação da produção de petróleo e gás que pode se assemelhar aos efeitos que a definição e delimitação dos Campos têm sobre o cálculo da participação especial brasileira.

A Parte I deste Memorando explora a experiência do Reino Unido na definição e delimitação de Campos, sua relação com o direito tributário do Reino Unido e seus impactos econômicos diretos, a Parte II concentra-se nas leis e regulamentos federais dos Estados Unidos, especialmente em conexão com a exploração e produção *offshore* de petróleo e gás, a Parte III aborda o direito do estado de Texas. Finalmente, a Parte IV fornece uma breve conclusão sobre as informações apresentadas. Este Memorando baseia-se em leis, regulamentos e jurisprudência relacionados com as atividades de petróleo e gás *upstream* obtidas a partir de várias fontes. Caso uma análise adicional seja necessária, por favor não hesite contatar-nos.

ANÁLISE

I. DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO CONSOANTE O DIREITO DO REINO UNIDO

A *UK Oil and Gas Authority* (Autoridade do Reino Unido em Petróleo e Gás) (“OGA” por sua abreviatura em inglês) é o regulador de petróleo e gás no Reino Unido, criado em abril de 2015, como uma autoridade independente, inicialmente como uma agência executiva com independência operacional do *UK Department of Energy and Climate Change* (Departamento de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido) (“DECC” por sua abreviatura em inglês) (atualmente, chamado *Department for Business, Energy and Industrial Strategy* - Departamento para Negócios, Energia e Estratégia Industrial). Em outubro de 2016, a OGA tornou-se uma empresa pública do governo do Reino Unido com o Secretário de Estado de Negócios, Energia e Estratégia Industrial como único acionista. Sob uma perspectiva ampla, o papel da OGA é regular, influenciar e promover a indústria britânica do petróleo e do gás para maximizar a exploração econômica do petróleo e do gás do Reino Unido. Do ponto de vista regulatório, a OGA é responsável pelo licenciamento da exploração e desenvolvimento de recursos de petróleo e gás *offshore* e em terra do Reino Unido, armazenamento de gás e atividades de descarga.³

A estrutura jurídica e regulatória envolvendo a definição e a delimitação de um Campo atualmente sob a jurisdição da OGA é particularmente desenvolvida no direito do Reino Unido. A necessidade de definir e delimitar adequadamente um Campo no direito do Reino Unido está estreitamente relacionada com o impacto de tal definição e delimitação no cálculo de um tributo criado e regulado no *Oil Taxation Act 1975* (Lei de Tributação do Petróleo de 1975) (a “Lei de Tributação”), mais especificamente, o *Petroleum Revenue Tax* (Tributo sobre Receita de Petróleo) (“PRT” por sua abreviatura em inglês), concebido como um tributo sobre o Campo a ser cobrado sobre os lucros resultantes do petróleo e gás produzido em todos Campos.

³ Para maiores informações sobre a missão e a história da OGA, vide <https://www.ogauthority.co.uk/about-us/what-we-do/> (última visita 31 de janeiro de 2019) e <https://www.ogauthority.co.uk/about-us/what-we-do/our-history/> (última visita 31 de janeiro de 2019).

Ao longo dos anos, o PRT foi progressivamente reduzido pelo governo do Reino Unido. O *UK 1993 Finance Act* (Lei de Finanças de 1993 do Reino Unido), eliminou o PRT para Campos novos e criou duas categorias de Campos: Campos antigos (cuja autorização para o desenvolvimento tinha sido obtida antes de 16 de março de 1993) sujeitos ao PRT e Campos novos (cuja autorização para o desenvolvimento tinha sido dada em, ou depois de, 16 de março de 1993) que não estavam sujeitos ao PRT, mas que ainda recebiam delimitações de Campo e estavam sujeitos a potenciais reavaliações de tais delimitações, conforme o caso, de modo que a definição de Campo permaneceu a mesma para Campos antigos e novos.

Após o declínio acentuado dos preços do petróleo em 2014, a partir de 1º de janeiro de 2016, a alíquota do PRT foi reduzida para zero por cento. O objetivo dessa redução na alíquota do PRT era simplificar o regime para os investidores e reforçar a atratividade dos Campos e infraestruturas mais antigas para oportunidades de investimento em comparação com novos projetos.

Tendo em vista que a aplicação do PRT se dava em nível de Campo, a definição legal de Campo é de fato encontrada na mesma lei que criou o PRT, a Lei de Tributação. No entanto, considerando que a definição de Campo consagrada na Lei de Tributação é bastante ampla, cabe à OGA delimitar todos os Campos estabelecendo os limites em torno deles. Como tal, a proposta para delimitação de um Campo deve ser feita pelo titular da licença à OGA para que o Plano de Desenvolvimento do Campo seja aprovado.

O estabelecimento de critérios objetivos a serem seguidos pela OGA quando da delimitação de um Campo foi necessário devido aos seus impactos diretos na aplicação do PRT e na rentabilidade das atividades de petróleo e gás. Sob o regime do PRT, cada Campo é tributado separadamente, de modo que as perdas incorridas em um Campo não podem ser compensadas com os lucros de outro. Nesse sentido, a produção, bem como os custos operacionais e de capital, tem que ser avaliados separadamente em cada Campo.

Debates realizados no Parlamento britânico durante a passagem da Lei de Tributação no início de 1975 deixou claro que os limites de um Campo devem ser estabelecidos apenas com base em “*critérios geológicos*” e que um Campo deve ser “*uma única estrutura geológica de petróleo*”.⁴ A OGA adotou este conceito parlamentar em seu processo de delimitação de Campo e expressamente reconheceu que uma acumulação de hidrocarbonetos tem que estar fisicamente separada de quaisquer outras acumulações que possam estar presentes para ser delimitada como um Campo.⁵ A separação pode ser delimitada por meio de rochas não permeáveis, como uma passagem a folhelho do reservatório ou um baixo estrutural abaixo do hidrocarboneto mais baixo conhecido (“*água azul*”), de modo que as armadilhas estruturais e estratigráficas possam, portanto, ser delimitadas como Campos. Delimitações de Campo podem ter uma parte superior e/ou uma base, ou sobrepor ou estar adjacentes um ao outro e acumulações sobrepostas umas às outras que são delimitadas como Campos separados, são definidas por meio de uma base e/ou parte superior em profundidade. A delimitação de um Campo somente poderá cobrir uma área que faz parte de uma área licenciada de acordo com direito do Reino Unido.

⁴ Consulte <https://www.ogauthority.co.uk/exploration-production/development/field-determinations/> (última visita 31 de janeiro de 2019).

⁵ Id.

A geologia é, portanto, o critério conclusivo para fins de delimitação de Campo adotado pelo direito do Reino Unido. Apesar dos impactos fiscais diretos que o processo de delimitação de Campo tinha em conexão com a cobrança do PRT, aspectos financeiros e econômicos ou a composição técnica ou a concepção de engenharia das atividades de exploração e produção, incluindo a utilização de infraestruturas comuns ou compartilhadas, não são tidas em consideração na delimitação dos Campos pelo OGA. Uma postura similar foi igualmente adotada pelo direito federal dos EUA e do Texas, conforme descrito em mais detalhe abaixo.

II. DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO CONSOANTE O DIREITO FEDERAL DOS EUA

Até 2010, o *Mineral Management Service* (Serviço de Gestão de Minerais) (“MMS” por sua abreviatura em inglês) foi o regulador responsável pela *United States Outer Continental Shelf* (Plataforma Continental dos Estados Unidos) (“OCS” por sua abreviatura em inglês).⁶ O MMS foi responsável pelas três seguintes atividades distintas: (i) desenvolvimento de recursos energéticos na OCS; (ii) exploração e produção seguras e ambientalmente responsáveis e cumprimento das regras e regulamentações aplicáveis; e (iii) royalties offshore e arrecadação e desembolso de receitas.

Em 2010 o MMS foi renomeado para *Bureau of Ocean Energy Management* (Gabinete de Gestão de Energia do Oceano) (“BOEMRE” por sua abreviatura em inglês), e durante o curso de 2010 e 2011 cada uma de suas três missões foi cedida a uma agência independente diferente. No dia 1º de outubro de 2010, as atividades de arrecadação de receitas do recém-criado BOEMRE foi transferida para o *Office of Natural Resources Revenue* (Escritório de Receitas de Recursos Naturais) sob a jurisdição do *Department of the Interior’s Office of Policy, Management and Budget* (Escritório de Política, Gestão e Orçamento do Departamento do Interior). A última etapa da reorganização da BOEMRE ocorreu no dia 1º de outubro de 2011, quando foi dividido em duas agências independentes, o *Bureau of Ocean Energy Management* (Gabinete de Gestão de Energia Oceânica) (“BOEM” por sua abreviatura em inglês) e o *Bureau of Safety and Environmental Enforcement* (Gabinete de Segurança e Cumprimento de Normas Ambientais) (“BSEE” por sua abreviatura em inglês”). O BOEM tornou-se assim responsável pelas atividades de licenciamento e o BSEE foi criado para cumprir regulações de segurança e ambientais.

Após a extinção do MMS, o BOEM tornou-se a agência reguladora responsável pelas delimitações de Campo envolvendo os recursos naturais localizados na OCS. Sob a perspectiva legal, Campo é definido em diferentes instâncias pela lei federal dos EUA. Ainda que tais definições não sejam idênticas, elas são substancialmente uniformes⁷. Por exemplo, de acordo com as normas de contabilidade financeira e reporte aplicáveis aos arquivamentos com base no direito federal de valores mobiliários dos EUA, por entidades envolvidas em atividades de produção de petróleo e gás registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA), Campo é definido da seguinte forma:

⁶ A OCS é uma área situada entre a extensão marinha de uma jurisdição estadual dos EUA (variando de 3 milhas náuticas americanas a 9 milhas náuticas americanas dependendo do estado) e a extensão marinha de jurisdição federal dos EUA. O governo federal dos EUA tem jurisdição sobre as terras submersas, subsolo e fundo do mar da OCS.

⁷ Consulte 30 C.F.R. § 203.0, 30 C.F.R. § 206.101, 30 C.F.R. § 260.102 e 30 C.F.R. § 206.151.

“*Campo*. Uma área constituída por um único reservatório ou múltiplos reservatórios agrupados ou relacionados com a mesma característica estrutural geológica e/ou condição estratigráfica individuais. Pode haver dois ou mais reservatórios em um campo que são separados verticalmente por barreiras impermeáveis, estratos, ou lateralmente por barreiras geológicas locais, ou por ambas. Os reservatórios que estão associados por estarem em campos sobrepostos ou adjacentes podem vir a ser tratados como um campo operacional único ou comum. Os termos geológicos característica estrutural e condição estratigráfica destinam-se a identificar características geológicas localizadas em oposição aos termos mais amplos como bacias, tendências, províncias, formações, áreas de interesse, etc.”⁸

O aspecto em comum das leis federais dos EUA é o uso do critério geológico como o elemento conclusivo na definição de um Campo. Essa característica foi reconhecida pelo MMS, que declarou expressamente: “[n]ossa definição de campo é baseada em geologia”.⁹

Com respeito à OCS no Golfo do México, a existência de um novo Campo ou a extensão de um Campo existente é estabelecida pelo *BOEM Gulf of Mexico Field Determination Committee* (Comitê de Delimitação de Campo do Golfo do México do BOEM) (o “Comitê”) composto por um engenheiro de petróleo, um geólogo e um geofísico que revê dados técnicos, incluindo nova acumulação produtível e primeiros memorandos de produção, perfil de poços, dados geofísicos e mapas geológicos.¹⁰

Durante o processo de delimitação de Campo, recursos, reservas e produção de petróleo e gás são alocados pelo Comitê para uma acumulação ou grupo de acumulações tendo em consideração a estrutura geológica da característica única que contém a acumulação de hidrocarbonetos, num esforço para incluir em um único Campo todas as acumulações capazes de produção que estão relacionadas com uma estrutura geológica específica.

A delimitação de um Campo pode ser alterada a pedido do locador ou locatário sempre que tal pedido for embasado por informações geológicas e/ou de produção suficientes, resultantes de novas perfurações e/ou dados significativos para incluir acumulações adicionais em uma estrutura geológica, acumulações que foram comprovadas como produtivas por novas perfurações, e para dividir acumulações em Campos separados para cumprir com a definição de um Campo. Se um

⁸ *Consulte* 17 C.F.R. § 210.4-10.

⁹ *United States Department of the Interior, Minerals Management Service* (Departamento do Interior dos Estados Unidos, Serviços de Gestão de Minerais), Apêndice I a NTL No. 2010-N03, Diretrizes para a Aplicação, Revisão, Aprovação e Administração da Dispensa de Royalties para Projetos de Desenvolvimento e Expansão, página 5, disponível em <https://www.bsee.gov/sites/bsee.gov/files/notices-to-lessees-ntl/reports/10-n03-appendix1.pdf> (última visita 31 de janeiro de 2019).

¹⁰ *Consulte* OCS Região do Golfo do México, Diretório de Campos de Operações na OCS (Inclui todos os campos e arrendamentos ativos e expirados), Relatório Trimestral, datado de 30 de setembro de 2018, *U.S. Department of the Interior, Bureau of Ocean Energy Management* (Departamento do Interior dos EUA, Gabinete de Gestão de Energia Oceânica, Região do Golfo do México), página vii, disponível em <https://www.boem.gov/Operations-Field-Directory/> (última visita 31 de janeiro de 2019).

arrendamento¹¹ expirar, a delimitação de Campo a ele aplicada se tornará inválida e qualquer liberação dessa área estará sujeita a uma nova delimitação de Campo sempre que se torne um novo arrendamento¹² com produção.¹³

O *Field Naming Handbook* (Manual de Nomeação de Campo) formalmente adotado pelo BOEM estabelece o processo aplicável seguido pela agência para delimitar o que constitui um Campo, identificando os seguintes seis principais pontos de verificação usados para atribuir acumulações a Campos: (i) os baixos estruturais são utilizados para separar Campos com mecanismos estruturais de armadilhagem, (ii) falhas raramente são usadas para separar Campos, (iii) a estrutura ou condição estratigráfica com óleo recuperável que tenha a maior extensão de área em um arrendamento¹⁴ delimita a extensão de Campo, (iv) os reservatórios cujas áreas se sobrepõem são sempre combinados em um único Campo, independentemente do fato de que eles possam estar em duas estruturas separadas ou condições estratigráficas (os Campos nunca são separados verticalmente), (v) os poços da mesma plataforma podem estar em dois Campos separados, e (vi) um poço raramente se encontra em dois Campos, isto é, um poço com duas completações cada uma em um Campo separado.¹⁵

O *Field Naming Handbook* (Manual de Nomeação de Campo) também inclui 12 exemplos de estruturas geológicas no Golfo do México e a designação de Campo associada. Esses exemplos fornecem uma boa ideia de como o Comitê interpreta os dados geológicos em conexão com o processo de delimitação de Campos.

III. DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO CONSOANTE O DIREITO DO TEXAS

A *Railroad Commission of Texas* (Comissão Ferroviária do Texas) (a “RRC” por sua abreviatura em inglês), através de sua Divisão de Petróleo e Gás, é a agência responsável pela regulação da exploração, produção e transporte de petróleo e gás no estado de Texas. A RRC foi criada em 1891 para regular a indústria ferroviária, mas ao longo do tempo suas funções evoluíram e ela se tornou responsável pela supervisão das atividades de várias indústrias diferentes. O papel legal da RRC é (i) impedir o desperdício dos recursos naturais do estado, (ii) proteger os direitos correlativos de proprietários de diferentes direitos, (iii) impedir a poluição, e (iv) fornecer segurança em matérias tais como o sulfeto de hidrogênio.

Apesar de seu nome, a RRC já não tem qualquer jurisdição ou autoridade sobre ferrovias no Texas, um dever que foi transferido para outras agências, com a última das funções ferroviárias transferida

¹¹ Nota à tradução: Diferentemente da prática internacional em que contratos concessão e partilha de produção são comumente utilizados, o licenciamento de áreas federais nos Estados Unidos se efetua por meio de arrendamentos (*leases*) coordenado pela agência federal específica.

¹² Nota à tradução: ver nota de rodapé anterior.

¹³ *Id.*, *ibid.* Nota à tradução: esta nota de rodapé está na verdade fazendo referência à nota de rodapé número 10 (a sequência original de notas de rodapé foi alterada em face da inclusão das notas à tradução anteriores).

¹⁴ Nota à tradução: ver nota de rodapé número 11.

¹⁵ Consulte *Field Naming Handbook* (Manual de Nomeação de Campo), março de 1996, disponível em <https://www.boem.gov/BOEM-Newsroom/Offshore-Stats-and-Facts/Gulf-of-Mexico-Region/Field-Naming-Handbook---March-1996.aspx> (última visita 31 de janeiro de 2019).

para o Departamento de Transportes do Texas em 2005. Embora legislação tenha sido introduzida para alterar o nome da RRC para melhor refletir o seu papel atual, essa legislação ainda não foi aprovada.

No que diz respeito à definição de Campo conforme o direito do Texas, o Código de Recursos Naturais do Texas estabelece que “[p]ool”, “pool comum”, “campo” ou “fonte comum de suprimento” significa um reservatório comum¹⁶ e que “[p]ool” significa um reservatório subterrâneo contendo uma acumulação conectada de óleo de petróleo cru, ou gás natural, ou ambos.¹⁷ Além disso, algumas orientações limitadas quanto à definição de Campo são encontradas em um par de casos mais antigos.¹⁸

O Código Administrativo de Texas, no entanto, claramente estabelece a RRC como entidade responsável pela revisão e aprovação da designação de novos Campos solicitados pelo operador do Campo e fornece diretrizes importantes no que diz respeito ao processo de designação de Campos. A importância da delimitação de Campos no direito do Texas encontra-se no poder da RRC para estabelecer regulamentos de Campo tratando do espaçamento e densidade dos poços e a produção autorizada para cada Campo. De acordo com a Seção (a) da Regra § 3.41, a RRC “*deve atribuir uma nova designação de campo e/ou descoberta autorizável depois que um operador fornecer ao escritório de Austin da [RRC] evidência adequada, excetuada a distância horizontal, provando que um poço é uma nova descoberta*”¹⁹ e requer que o operador forneça uma série de dados geológicos e técnicos²⁰ para embasar a decisão a ser tomada pela RRC. De acordo com a Seção (c) da Regra § 3.41, “[o] diretor, petróleo e gás, pode conceder administrativamente um

¹⁶ Consulte Tex. Nat. Res. Code § 85.001(2).

¹⁷ Consulte Tex. Nat. Res. Code § 85.001(3).

¹⁸ Em um caso envolvendo o direito de igualdade de acesso a um gasoduto, a Suprema Corte do Texas reconheceu que “[a] palavra “campo” conforme usada na indústria do petróleo tem um significado que é geralmente estabelecido a partir do contexto em que é usada. Pode referir-se a uma determinada área geográfica a partir da qual o petróleo é produzido ou pode ser restrita a um reservatório específico”. Consulte *Railroad Com. Texas v. Rio Grande Valley Gas Co.*, 405 S.W.2d 304, 309 (Tex. 1966). A Suprema Corte do Texas reconheceu nesse caso em particular que a primeira definição era aplicável ao termo “Campo”, no que dizia respeito ao *Common Purchaser Act* (Lei do Comprador Comum) (Consulte *Railroad Com. Texas v. Rio Grande Valley Gas Co.*, 405 S.W.2d 304, 310 (Tex. 1966)). No entanto, em um caso posterior, *Bolton v. Coats*, a Suprema Corte do Texas declarou expressamente que “[t]em sido reconhecido que numerosos “campos” (um para cada estrato produtivo fisicamente separado) podem estar sob um único poço, arrendamento, ou unidade.” Consulte 533 S.W.2d 914, 917.

¹⁹ Consulte 16 Tex. Admin. Code § 3.41(a).

²⁰ Incluindo (i) um mapa da área mostrando (a) todo o petróleo, gás, e poços abandonados dentro de pelo menos um raio de 2,5 milhas do poço que se alega ser um poço descobridor, (b) os intervalos de produção de tais poços de petróleo e gás, (c) identificação de todos os campos reconhecidos pela RRC dentro de um raio de 2,5 milhas do poço que se alega ser um poço descobridor, que estão atualmente ativos ou estavam ativos no passado, (d) a profundidade total de todos os poços identificados no subparágrafo (a) acima que penetrou a zona específica, e (e) escala, legenda e nome da pessoa que preparou o mapa; (ii) um registro elétrico do poço; (iii) a pressão de fundo de poço para poços de petróleo; (iv) um mapa de estrutura de subsuperfície e/ou seção(ões) transversal(is), se a separação é baseada em diferenças estruturais, assinada pelo engenheiro ou geólogo que a preparou, incluindo falhas e acunhamentos, mostrando o contorno do topo da formação de produção e da(s) linha(s) de seção transversal; (v) medições ou cálculos de pressão do reservatório, se a separação é baseada em diferenciais de pressão; e (vi) dados principais, dados de avaliação de formação, seções transversais de poços próximos e/ou dados de produção que estimam o nível de fluido, se a separação for baseada em diferenças nos níveis de fluido. Consulte 16 Tex. Admin. Code § 3.41(a).

pedido se todos os dados exigidos são apresentados com o devido formulário, e as provas comprovem que o novo reservatório é efetivamente separado de qualquer outro reservatório anteriormente mostrado como produtivo.”²¹

CONCLUSÃO

De acordo com nossa revisão, o critério geológico é o fator conclusivo, se não o único, usado pelas leis e regulamentos analisados neste Memorando para definir e delimitar os limites de um Campo. Tal foi formalmente reconhecido pelas respectivas agências reguladoras no Reino Unido (OGA) e EUA (MMS, *agora* BOEM) e pode ser interpretado a partir de diferentes fontes do direito do Texas.

O direito do Reino Unido parece fornecer o arcabouço normativo para delimitação de Campo mais preciso e desenvolvido se comparado com o direito federal offshore dos EUA e o direito do Texas, dada a necessidade de se delimitar corretamente um campo em face da aplicação do PRT. Nesse sentido, o impacto econômico direto que os resultados das delimitações de Campo tinham nas atividades de petróleo e gás do Reino Unido conduziu a um robusto processo legal e regulatório de delimitação de Campo com critérios claros e detalhados, discutido extensivamente pelo poder legislativo do Reino Unido de modo que cada acumulação particular é geralmente reconhecida como um único Campo.

Inversamente, a falta de tal impacto econômico direto com respeito à delimitação dos Campos no direito federal offshore dos EUA e do Texas conduziu a uma abordagem menos prescritiva e uniforme do que aquela adotada no Reino Unido. Entretanto, os critérios geológicos usados frequentemente pelo BOEM ou pela RRC parecem favorecer a segregação de cada reservatório particular em um Campo distinto.

²¹ *Consulte* 16 Tex. Admin. Code § 3.41(c).